

Congresso autoriza dez créditos suplementares



Graças a um acordo de lideranças, o Congresso Nacional aprovou, em sessão realizada ontem, dez projetos autorizando a abertura de créditos suplementares no Orçamento da União e da Seguridade Social. Um dos créditos transfere ao Ministério da Educação e do Desporto R\$ 61,9 milhões para aquisição de livros didáticos. **Página 5**

Créditos aprovados vão permitir pagamento de dívidas do Fundo Nacional de Saúde

Senado aprova restrições à imunidade parlamentar

Sessenta senadores votam a favor de emenda constitucional que dá 120 dias para Senado ou Câmara autorizarem processo contra parlamentar. Encerrado o prazo, licença para STF estará concedida. Câmara ainda apreciará projeto



Emenda aprovada por unanimidade pelos senadores agora será discutida na Câmara, em dois turnos

O plenário do Senado aprovou ontem em segundo turno, por 60 votos a 0, emenda constitucional que restringe a chamada imunidade parlamentar. A decisão, elogiada pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, ainda será analisada pela Câmara dos Deputados.

Pelo texto do substitutivo do senador José Fogaça, haverá um período de 120 dias para votação do pedido de licença para processar deputado ou senador. Ao final do prazo, o Supremo Tribunal Federal estará automaticamente autorizado a abrir o processo. **Página 3**

Empréstimos terão regras mais rígidas

Os municípios, os estados e o DF terão que se submeter a regras mais duras para contrair financiamentos. As novas normas constam de resolução, aprovada ontem pelo plenário do Senado, que encampou várias recomendações da CPI dos Precatórios. **Página 4**

Hollanda elogia artigo de dom Lucas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) elogiou, em discurso, o artigo "Pequena revolução pedagógica", escrito pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e cardeal arcebispo de Salvador, dom Lucas Moreira Neves.

O artigo, para o senador, mostra toda a sabedoria de educador do religioso, atada a seu zelo de pastor. Publicado em um jornal da capital, o texto versa sobre três aspectos extracurriculares que, para dom Lucas, apresentam falhas na formação educacional atual.

A primeira deficiência apontada pelo cardeal, segundo Hollanda, é a educação para a convivência social. Para dom Lucas, falta o aprendizado do respeito ao próximo e aos seus direitos, da polidez, da gentileza sem afetação, da reverência para com os mais velhos e da lealdade. O segundo tópico é a relação atual dos adolescentes para com a pátria, assim como seus signos exteriores e seus representantes.

Conforme Joel de Hollanda, o cardeal aborda ainda o campo religioso. Sem defender uma postura confessional voltada para a Igreja que representa, dom Lucas elogia a transmissão do senso religioso e de valores éticos e espirituais, além da existência de um Deus real e transcendente.

Agenda

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (22.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (23.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quarta-feira (24.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quinta-feira (25.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Sexta-feira (26.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

Senador cita dados sobre a diferença de tratamento entre o trabalho masculino e o feminino e pede ação governamental

Campos cobra política para valorizar a mulher

Apesar de um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que redefina e valorize o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu ao governo que adote políticas públicas sérias e eficientes que permitam às mulheres ocupar um papel de destaque na sociedade.

O senador afirmou que a igualdade entre homens e mulheres caminha a passos lentos. "É indispensável a presença da mulher na tomada de decisões nacionais, na elaboração de políticas econômicas, culturais e sociais. Só assim ela sedimentará suas conquistas e exercerá, com plenitude, sua cidadania", disse.

Campos destacou que a participação da mulher, principalmente na vida pública, ainda é irrisó-



ria. "Não temos hoje nenhuma ministra, poucas ocupam cargos no segundo escalão dos ministérios. A representação legislativa é pequena, são 33 deputadas e seis senadoras", constatou. - As diferenças de tratamento entre o trabalho masculino e o fe-

minino são verificadas não só na contratação, mas também na remuneração e nas condições de trabalho - frisou. Segundo a ONU, comentou, o trabalho, remunerado e não remunerado, executado pelas mulheres, corresponde a US\$ 11 bilhões anuais.

Ainda citando dados da ONU, Campos ressaltou que as mulheres são responsáveis por 2/3 de horas trabalhadas no mundo, mas recebem apenas 10% da massa salarial e detêm somente 1% da propriedade. "É preciso que as mulheres continuem unidas, lutando para eliminar as desigualdades salariais", alertou, propondo que os candidatos à Presidência esclareçam suas propostas de política pública a esse respeito, para que as mulheres possam votar defendendo seus direitos.



CONHEÇA O SENADO

Página na Internet oferece informações sobre atividades da Casa e legislação

Conhecer, em tempo real, o resultado das votações do plenário e das comissões e ter acesso às notícias produzidas pela Agência Senado são algumas das possibilidades de quem utiliza a página do Senado na Internet, a rede mundial de computadores. Há informações institucionais sobre o Senado e dados sobre todos os senadores. Além disso, é possível, com o recurso Real Player, ouvir a Rádio Senado ou assistir à TV

Senado. A página traz também o *Journal do Senado* na íntegra.

Estão ainda na página os textos de alguns dos projetos mais importantes votados este ano, como a reforma administrativa, o novo Código de Trânsito Brasileiro e o projeto que trata dos planos de saúde. O site traz também um banco de dados de referências bibliográficas sobre as publicações disponíveis em uma rede de 15 bibliotecas, incluindo a do Senado.

Pela página, é possível adquirir

um CD-ROM contendo toda a legislação brasileira editada a partir de 1987, por R\$ 70 (incluindo o frete). Mas na própria Internet o cidadão pode ver as mesmas leis.

O interessado também fica sabendo, pela página, dados sobre o Orçamento da União e as emendas apresentadas. Estão na *home page*, ainda, o texto integral da Constituição federal e do Regimento Interno do Senado. O endereço é: www.senado.gov.br

Lobão registra falecimento de jornalista

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou o falecimento do jornalista maranhense Moreira Serra, ocorrido no último dia 8. Segundo o senador, o jornalista era "um combatente homem de imprensa", conhecido por seus artigos e por apresentações em programas de rádio e de televisão.

Lobão disse que Moreira Serra tinha invulgar inteligência e excepcional talento e marcou uma época por sua corajosa atuação nos meios de comunicação. "Jamais se deixando vencer ou intimidar na luta pelas causas que julgava justas e defendia com ardor incoerente". Reconheceu ter sofrido críticas de Moreira Serra, mas observou que jamais deixou de tê-lo como um amigo fraternal.

O senador lamentou profundamente a morte do jornalista e pediu à Mesa do Senado o envio de condolências à família.

Palmeira lamenta morte de escritor

A morte do escritor, intelectual e jornalista Carlos Moliterno, que era presidente da Academia Alagoana de Letras, foi lamentada pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL). Segundo o senador, "Alagoas está de luto como está a sociedade e todos os amigos de Moliterno, que, com a sua ausência, deixa mais pobre a cultura alagoana".

O senador fez um breve perfil do presidente da AAL, que faleceu aos 86 anos, deixando viúva a poetisa e cronista Anilda Leão Moliterno. Lembrou que poucos dias antes do falecimento do intelectual uma peça teatral de sua autoria, *A Ilha*, estava sendo montada pela Associação Teatral de Alagoas e seria apresentada em breve, na rua em que ele nasceu.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuz Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa.

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Proposta enviada à Câmara torna automática a concessão da licença para processar parlamentar, se não houver manifestação em contrário da Câmara dos Deputados ou do Senado no prazo de 120 dias

Senado limita imunidade parlamentar

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, a emenda constitucional que limita o instituto da imunidade parlamentar, de acordo com as regras estabelecidas pelo substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS). Os 60 senadores presentes votaram favoravelmente à emenda. "Mais uma vez o Senado cumpre seus deveres com a nação", destacou o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, ao enviar a proposta à Câmara dos Deputados, onde tramitará também em dois turnos.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a aprovação da emenda representa o primeiro passo para a redenção da imagem dos parlamentares. "Por causa da impunidade - acobertada pelas regras muito rígidas da imunidade parlamentar -, a credibilidade do político brasileiro hoje está no chão", afirmou. Simon espera que, devido ao significado da votação unânime dos senadores, a emenda não fique engavetada na Câmara dos Deputados. "A Câmara está vivendo tempos de liberação geral. Cassou um parlamentar (Sérgio Naya) porque a imprensa deu em cima, mas depois absolveu todos os demais que estavam sendo processados por evidente falta de decoro parlamentar", observou o senador.

MUDANÇAS

Entre as principais modificações do substitutivo Fogaça estão: 1) a licença para que o

Supremo Tribunal Federal processe criminalmente um parlamentar ficará automaticamente concedida se não houver, da Câmara ou do Senado, manifestação contrária ao pedido no prazo de 120 dias; 2) mesmo antes da concessão da licença, o STF realizará toda instrução pertinente à instauração de ação penal e ouvirá defesa preliminar do parlamentar acusado; 3) processo por crimes praticados antes da diplomação do parlamentar não dependerá de licença.

Pela proposta aprovada, deputados e senadores mantêm sua imunidade parlamentar por suas opiniões, palavras e votos, e somente poderão ser objeto de ações judiciais de qualquer natureza perante o Supremo Tribunal Federal. De nenhuma forma serão obrigados a testemunhar sobre informações relativas ao exercício de seu mandato, nem sobre pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

agora para apreciação pela Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado informou também que a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ocorrer entre 29 de junho e 2 de julho. Nesse período, o Congresso também poderá apreciar medida provisória disposta sobre assuntos da Previdência Social. Sem a votação da LDO, o Legislativo não pode entrar em recesso no mês de julho.



No plenário, Fogaça (tem pé, à esquerda), autor do substitutivo, é cumprimentado pelos senadores após a aprovação

Justiça Federal ganha mais 50 varas

A Justiça Federal no país terá mais 50 varas, conforme projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado. Desse total, 16 varas serão criadas no Rio Grande do Sul, 15 no Paraná e sete em Santa Catarina. O projeto instituiu outras 12 varas, cuja localização será definida pelo próprio Poder Judiciário.

Além das varas, são criados cargos de juiz federal e juiz federal substituto. As despesas decorrentes da proposta aprovada pelo Senado serão cobertas por dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal de 1º Grau e de outras dotações para esse fim. O relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) foi o senador Espiridão Amin (PPB-SC). A matéria vai à sanção presidencial.

Os senadores deixaram para votar posteriormente duas propostas de emenda constitucional que tratam da regulamentação funcional de servidores de empresas públicas federais. A primeira emenda, de nº 6, é do líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), e tem como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Pela proposta, os servidores que estão há mais de dez anos prestando serviços à administração direta poderão ter sua situação funcional regularizada nos cargos e funções que efetivamente ocupam.

A outra proposta de emenda, de nº 11, também trata do mesmo assunto e tem como primeiro signatário o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). As duas propostas tiveram seu terceiro dia de discussão, em primeiro turno, no plenário.

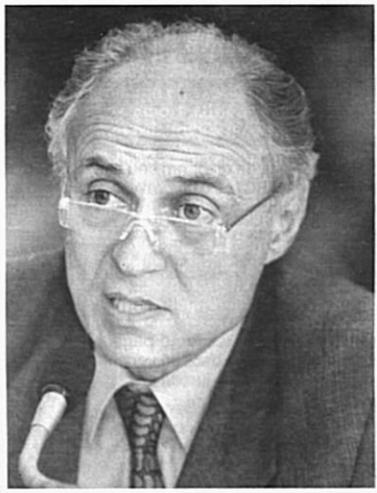
Os senadores aprovaram na sessão projeto de resolução do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), que se despediu do Senado para assumir cargo no Tribunal de Contas do Pará. A resolução aprovada altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos do Senado, que passará a se chamar Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf).

Autorizada renovação de concessões de rádio e TV

Por ampla maioria de votos, o Senado aprovou ontem a renovação de cinco concessões de rádio e TV. As emissoras beneficiadas são as seguintes: 1) Rádio Maratã Ltda., na cidade de Santana do Livramento (RS); 2) Rádio Guaíba S.A., na cidade de Porto Alegre (RS); 3) Televisão Vitória Ltda., na cidade de Vitória (ES); 4) L.A. Pereira e Oliveira Ltda., em Santana do Livramento (RS); e 5) Rádio

Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda., na cidade de Cachoeira Paulista (SP).

Como líder do Bloco Oposição, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou a abstenção, argumentando que não houve, até hoje, a regulamentação do artigo 224 da Constituição criando o Conselho de Comunicação Social, órgão que deve acompanhar as concessões de rádio e TV, bem como suas renovações.



Suplicy cobrou instalação de conselho de comunicação

Para ACM, decisão é sinal de que a Casa vive novos tempos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou ontem a importância da aprovação pela Casa da emenda constitucional que restringe o instituto da imunidade parlamentar. Aprovado pela totalidade dos parlamentares presentes à sessão de ontem, o novo conceito da imunidade mostra, no entender do senador Antonio Carlos, que "o Senado vive um novo tempo". A emenda segue

Novas regras evitarão empréstimos excessivos dos municípios, dos estados e do Distrito Federal. Substituto de Vilson Kleinübing impede que governadores e prefeitos contratem financiamentos para o sucessor pagar

Endividamento público terá maior controle

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que estabelece regras mais severas para que estados, municípios, Distrito Federal e suas autarquias e fundações tomem empréstimos.

A resolução, que será promulgada imediatamente, acaba com todas as brechas de uma antiga resolução do próprio Senado e que nos últimos anos levaram os estados e municípios a aumentarem suas dívidas, especialmente através de operações conhecidas como ARO – antecipação de receita orçamentária.

A nova resolução incluiu as recomendações da CPI dos Títulos Públicos, realizada pelo Senado no ano passado. Para evitar que governadores ou prefeitos em fim de mandato assumam dívidas para seus sucessores pagarem, os senadores decidiram que eles não poderão contratar nenhuma operação ARO nos 12 meses que antecedem o fim do mandato. Como são empréstimos de curto prazo, na prática isso significa que quem



Kleinübing prevê menos problemas

pegar o dinheiro emprestado terá de pagá-lo.

ESPERIDIÃO AMIN

O parecer do relator, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), foi aprovado pela unanimidade do plenário. O projeto original foi apresentado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), em maio de 1996, o qual apontava a mudança na legislação como importante para que a moeda do país tenha

maior estabilidade.

Kleinübing destacou ainda, ao defender seu substitutivo, que a resolução impede que estados e municípios contratem operações de crédito no período de 180 dias que antecedem o final dos mandatos de prefeitos e governadores.

O Banco Central também só poderá enviar ofício solicitando o pedido de operações de crédito de estados e municípios ao Senado se constatar que os respectivos governos estaduais e municipais estão em boa situação financeira. "Isso vai deixar de nos causar problemas", observou o senador.

INADIMPLENTES

Outra exigência é que o BC terá prazo de 30 dias para estabelecer o que é resultado primário negativo, que será a base de cálculo do banco para enviar ou não ao Senado pedido de autorização para contratação de qualquer operação de crédito de estados e municípios.

O estado ou município que apresentar resultado primário negativo no período de apuração de sua receita líquida real ou que estiver inadimplente junto a instituições fi-

nanceiras terá seu pedido negado.

Se for concedida a operação de crédito, o saldo global das garantias concedidas por estados, Distrito Federal e municípios não poderá exceder a 25% da receita líquida real, cujo cálculo também está previsto na proposta. O dispêndio máximo com amortizações, juros e demais encargos das operações de crédito não poderá exceder a 13% da receita líquida real.

A nova lei é ampla e dispõe detalhadamente sobre as limitações para cada tipo de operação, incluindo a emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios (dívidas judiciais). Estabelece também critérios para instrução e aprovação dos pleitos para tais operações, bem como os procedimentos para a contratação das AROs pelo BC e suas responsabilidades na apreciação das operações.

EMENDAS

Junto com o substitutivo de Kleinübing, o plenário aprovou duas emendas ao projeto que tinham parecer favorável do relator. As emendas, dos senadores

Osmar Dias (PSDB-PR) e José Fogaça (PMDB-RS), corrigiram a redação do projeto original e ainda acrescentaram dispositivos com restrições ao endividamento de estados, Distrito Federal e municípios e ao aumento da dívida pública. O senador Osmar Dias disse que a proposta visa, basicamente, o equilíbrio das contas públicas.



Amin elaborou projeto original

PRINCIPAIS PONTOS DA NOVA RESOLUÇÃO

1) A partir de agora, será exigido leilão eletrônico para que prefeito ou governador tome empréstimo de antecipação de receita orçamentária (ARO), que permite compensar quedas de receita em determinados meses. Assim, todos os bancos poderão se candidatar, e não apenas o que instruiu burocraticamente a prefeitura. É uma medida para baixar os juros.

2) Fica reduzido de 16% para 13% da receita líquida real o gasto máximo anual de um governo com o pagamento de dívidas. Nenhum estado ou prefeitura poderá ter dívidas que somem mais que o dobro de sua receita líquida. Depois do ano 2008, ninguém poderá dever mais que o valor de um ano de receita.

3) Até dezembro de 2010, os estados, municípios e DF terão de resgatar por ano no mínimo 5% de seus títulos lançados no mercado. Ou seja, o Senado só permitirá a rolagem anual de 95%.

4) Aumenta de 6 para os 12 meses anteriores à posse do novo governador ou prefeito, o prazo em que não se pode tomar empréstimos ARO. Como são empréstimos de curto prazo, na prática o chefe de Executivo que pegar o dinheiro terá de fazer o pagamento.

5) Com a nova resolução, o Banco Central terá de dizer em seu comunicado ao Senado (os prefeitos e governadores se dirigem sempre ao BC) se é favorável ou contrário ao empréstimo. Não pode haver manifestação que deixe dúvidas.

6) Nenhum governo ou prefeitura poderá pagar juros, nos empréstimos tipo ARO, que sejam uma vez e meia superiores à Taxa Básica Financeira (TBF). A decisão impede que prefeituras continuem pagando juros extorsivos aos bancos. O saldo devedor dos empréstimos ARO fica limitado a 8% da receita líquida real.

7) Todo título estadual ou municipal poderá ser usado no pagamento de tributos. É uma garantia a mais caso o papel não seja resgatado na data do vencimento. A medida aumenta a credibilidade dos títulos, o que propicia redução de juros.

8) Nenhum estado ou prefeitura poderá lançar novos títulos no mercado até o ano 2010 (exceto para rolagem de dívida). O Senado terá de opinar se um governo pode ou não tomar financiamento externo vinculado a convênio de fornecimento de bens (material hospitalar, ônibus escolares etc). Esses convênios vinham sendo usados para se evitar concorrência pública e as prefeituras não pediam autorização do empréstimo ao Senado.

AUTORIZAR DÍVIDAS DOS ESTADOS É COMPETÊNCIA DO SENADO

O Senado promulgou este ano nove resoluções permitindo operações de refinanciamento da dívida pública de estados e municípios, obedecendo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O acompanhamento da dívida pública é uma das atribuições de competência privativa do Senado, prevista na Constituição federal. Isso acontece graças ao regime federativo brasileiro, segundo o qual o Senado representa as unidades da Federação, enquanto a Câmara dos Deputados representa o povo.

Os refinanciamentos promulgados pelo Senado permitem que estados e municípios troquem sua dívida velha por uma nova, em outras condições de pagamento. Com essas operações, conseguem prazos melhores de pagamento da dívida, obedecendo ao programa de ajuste do governo.

A partir de 1992, a Comissão de Assuntos Econômicos passou a fazer uma avaliação mais detalhada sobre a situação das di-

vidas estaduais e municipais. Para aprovar refinanciamentos e operações de crédito, os 27 senadores titulares e suplentes que compõem a CAE examinam a procedência dos pedidos e a situação de cada estado e município que pede a autorização. Durante as discussões, é comum senadores alertarem sobre riscos de comprometimento da receita e votarem contra algumas operações financeiras, para evitar o aumento das dívidas.

O Senado intensificou o controle do endividamento de estados e municípios, em grande parte devido aos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, em 1996, detectou a emissão irregular de títulos públicos para pagamento de dívidas judiciais, os precatórios.

Depois da CPI, ficou ainda mais difícil autorizar esse tipo de operação. Ontem mesmo, o plenário aprovou resolução que intensifica o controle do endividamento, impondo novas condições para as futuras autorizações.

Acordo de lideranças permitiu a votação dos projetos, que garantem verbas para a Justiça Federal e para os ministérios do Meio Ambiente, Educação, Comunicações, Saúde e Indústria, Comércio e Turismo

Congresso aprova créditos suplementares

O Congresso Nacional aprovou ontem dez projetos de lei do Congresso Nacional (PLN) que autorizam o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social da União, créditos especiais e suplementares. A aprovação foi precedida de acordo de lideranças. Os recursos serão utilizados pelos ministérios do Meio Ambiente, da Educação e do Desporto, da Indústria, Comércio e Turismo, das Comunicações, da Saúde e pela Justiça Federal.

cadação oriundo da receita de outorga dos serviços de telecomunicações, no valor de R\$ 500 milhões. O dinheiro será transferido para o orçamento do Ministério da Educação e do Desporto, através do Tesouro Nacional. Este projeto tramitou em conjunto com o PLN 1598, que abre o crédito transferido ao Tesouro em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O dinheiro será utilizado na aquisição de alimentação escolar, livros, veículos escolares e no desenvolvimento da Ação Básica no Nordeste, entre outros.

Crédito de R\$ 61,9 milhões para o MEC permitirá a aquisição de livros didáticos para 5,6 milhões de alunos do ensino fundamental

O PLN 1098 autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 20 milhões em favor da Justiça Federal. Os recursos serão utilizados para manutenção da máquina administrativa, recuperação das instalações físicas do tribunal, das seções judiciárias e das varas federais localizadas nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional e dos sistemas que dão suporte à atividade meio e treinamento de pessoal técnico e de apoio.

O PLN 1498 permite incorporar ao orçamento do Ministério das Comunicações o excesso de arre-

matização escolar, livros, veículos escolares e no desenvolvimento da Ação Básica no Nordeste, entre outros. Já o PLN 1698 autoriza a abertura de crédito suplementar para o Ministério da Saúde no valor de R\$ 415 milhões, em favor do Fundo Nacional de Saúde. O dinheiro será utilizado no pagamento da dívida interna. A justificativa é que houve equívoco na elaboração do orçamento do ministério, quando os recursos se viram lançados como atualização monetária de despesas correntes (juros e encargos), quando o correto seria lançar o mesmo em despesa de capital - amortização de dívida.

O PLN 1798 autoriza a abertura de crédito especial até o limite de R\$ 9,8 milhões em favor do Ministério do Meio Ambiente, para serem utilizados na assistência técnica e na capacitação de mão-de-obra que

garantam, no âmbito do Programa Comunidade Solidária, financiamentos diretos aos extrativistas, além de proporcionar a comercialização da safra de borracha nativa e produtos extrativistas; infra-estrutura física das áreas de produção extrativista; implantação e modernização de unidades de beneficiamento; e diversificação de produção e incentivos tecnológicos.

O PLN 1898 autoriza a abertura de crédito especial para o MEC no valor de R\$ 61,9 milhões. O dinheiro, proveniente de superávit na aplicação dos recursos do FNDE do ano passado, será utilizado na aquisição de livros didáticos para atender uma demanda reprimida de 5,6 milhões de alunos do ensino fundamental.

O PLN 1998 autoriza a abertura de crédito especial até o limite de R\$ 5 milhões para o Ministério da Educação e do Desporto, e em favor do FNDE. Os recursos visam a compra de veículos automotores para o transporte escolar no ensino fundamental em 139 municípios, no âmbito do Programa Comunidade Solidária.

O PLN 1298 autoriza a abertura de crédito especial até o limite de R\$ 9,2 milhões em favor de Encargos Financeiros da União e sob a supervisão do Ministério da Fazenda. O PLN 1398 autoriza a abertura de crédito de até R\$ 6 milhões ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo para a divulgação do café brasileiro na Expo-98, em Portugal, e na Copa do Mundo, na França.



O Congresso aprovou dez projetos para abertura de créditos

Garantida verba para gasoduto Bolívia-Brasil

Por votação simbólica, o Senado aprovou ontem dois projetos de resolução autorizando contratação de operações de crédito externo destinadas ao financiamento do projeto do gasoduto Bolívia-Brasil. O primeiro, no valor de 240 milhões de dólares, será assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), enquanto o segundo, no montante de 130 milhões de dólares, será celebrado com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird).

Ainda na sessão de ontem, os senadores aprovaram operação de crédito externo no valor de 76,4 milhões de dólares, do BID, com aval do Tesouro Nacional, para o Programa de Desenvolvimento Municipal da prefeitura de Porto Alegre, em especial para infra-estrutura urbana, como drenagem de águas pluviais e rede de esgotos,

de acordo com parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Com parecer favorável do senador Esperidião Amin (PPB-SC), o Senado aprovou autorização para o Executivo conceder remissão parcial de créditos externos, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Clube de Paris. "O projeto é essencial para a recuperação de pelo menos parte desses créditos, uma vez que a maioria dos países que devem ao Brasil não tem condições de cumprir suas obrigações. No mercado secundário, esses títulos chegam a ser vendidos com 97% de desconto", explica.

Para Amin, somente nas condições fixadas pelo clube, estabelecendo reduções de até 64% da dívida desses países, por meio do cancelamento do principal e da aplicação de taxa reduzida, será possível receber algum pagamento.

TCU apresenta parecer sobre contas de 97

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Homero Santos, entregou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, parecer aprovado por aquela Corte considerando regulares as contas do governo relativas ao exercício de 1997, e que será examinado pelo Congresso Nacional.

Santos veio acompanhado pelo ministro Humberto Souto, que foi o relator do processo no tribunal. O TCU decidiu, por unanimidade, considerar as contas regulares.

QUEDADEREDUTOR

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a retirada do redator sobre os proventos dos funcionários públicos aposentados do texto da reforma da Previdência "foi um erro em relação ao país". O senador disse que a decisão tem, apesar de tudo, o mérito de dar tratamento igual a todos. "Se iam dar privilégio aos magistrados, é melhor que se dê para todo mundo", acrescentou.



O presidente do TCU, Homero Santos, entregou parecer a Antonio Carlos

ACM anuncia sessões para votação da LDO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ontem ao plenário ter marcado sessão conjunta do Congresso Nacional para os dias 29 e 30 de junho e 1º de julho, sempre às 18 horas, para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), providência indispensável para que o Legislativo possa entrar em recesso em julho.

Antonio Carlos disse, ainda, que o Senado realizará sessões deliberativas nesses dias, à tarde, para votação de todas as matérias pendentes na Casa.

Foram aprovados os nomes dos senadores indicados pelos partidos para formação da Comissão Representativa, que responderá pelo

Congresso durante o recesso. "Aguarda a indicação dos nomes dos deputados para divulgar a composição definitiva da comissão", disse Antonio Carlos.

Compôs a Comissão Representativa os seguintes senadores: Carlos Patrocínio (TO), Bello Parga (MA), Edison Lobão (MA) e Francilino Pereira (MG) pelo PFL; Mauro Miranda (GO), Rorald Cunha Lima (PB), Djalma Falcão (AL) e Wellington Roberto (PB) pelo PMDB; Geraldo Melo (AL) e Jefferson Pères (AM) pelo PSDB; Lauro Campos (DF) e Sebastião Rocha (AP) pelo Bloco Oposição; Elói Portella (PI) e João França (RR) pelo PPB.

Senadora reclama da "frieza e passividade" do governo e destaca mobilização de pessoas e entidades de todo o país para ajudar os flagelados do Nordeste e de Minas

Júnia aplaude solidariedade da população com vítimas da seca

O apoio demonstrado por pessoas de todo o país que se mobilizaram para ajudar os atingidos pela seca no Nordeste do país e no norte de Minas Gerais foi elogiado ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG). "Mais uma vez o povo não faltou com a solidariedade a seus irmãos atingidos por uma tragédia", disse.

Júnia citou o exemplo dos meios de comunicação — como as TVs Globo e Bandeirantes — e de instituições religiosas, como a Associação Beneficente Cristã (ABC), que divulgaram

campanhas a fim de arrecadar alimentos para os necessitados. Só a ABC arrecadou 2.161 toneladas de alimentos, que permitiram montar mais de 120 mil cestas básicas, afirmou a senadora. "Iniciativas como essa me fazem renovar a confiança no povo brasileiro."

Júnia observou que foram precisos quatro meses para que o governo mandasse cestas básicas para os flagelados. "Sempre cobro ações do governo, que demonstra frieza e passividade. Nada, ou praticamente nada, foi feito para prevenir o problema", disse.



Júnia lembra iniciativas em favor dos atingidos pela estiagem

Ronaldo denuncia manobras em convenção na Paraíba

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) acusou ontem o atual governador da Paraíba, José Maranhão, pelo "sequestro" de aproximadamente 150 convencionais do partido, na véspera da realização da convenção para a escolha dos candidatos à sua sucessão, no domingo. Candidato à reeleição, o governador foi o vencedor da disputa contra Ronaldo.

Apesar da derrota, o senador

to de derrotá-lo na indicação peemedebista. Com a ausência dos delegados, os suplentes estavam prontos para votar pela reeleição do governador, protestou Ronaldo, garantindo que dispõe de fitas gravadas com provas dos "abusos".

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Jefferson Pêres (PSDB-AM), Romero Jucá (PFL-RR), Artur da Távola (PSDB-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC) solidarizaram-se

com Ronaldo Cunha Lima. Para Suplicy, os desmandos descritos pelo senador da Paraíba levam os parlamentares a se questionar se valeu a pena aprovar a reeleição. Jefferson Pêres considerou o



Ronaldo afirma que houve crime eleitoral

observou que o Ministério Público tem sido diligente em face de denúncias feitas anteriormente por ele e seus correligionários e proibiu ao governador o uso indevido da máquina oficial e do poder econômico, mas não foi atendido. Por isso, Ronaldo anunciou já haver solicitado aos seus advogados que tomem medidas para invalidar a convenção.

— Confinamento de convencionais em hotéis de Natal... se isso não é crime eleitoral, não sei o que é crime eleitoral! — afirmou.

José Maranhão, segundo denunciou o senador, coagiu delegados convencionais a seguir para hotéis em Natal, com o intuito

fato "estarecerdor", acrescentando: "Mas não me surpreende, pois de certa forma fui uma voz dissonante dentro do PSDB quanto à reeleição de prefeitos e governadores, já que em nível federal a mídia e a opinião pública fiscalizam os acontecimentos". Távola disse que o episódio serve de exemplo para mostrar que o centro da crise da política brasileira está no funcionamento deficiente dos partidos políticos. Jucá observou que a situação em Roraima se parece com a da Paraíba. E Esperidião Amin foi poético ao dirigir-se "ao amigo" Ronaldo Cunha Lima: "Não chores por ter perdido o Sol, pois as lágrimas te impedirão de ver as estrelas".

Simon apóia crédito agrícola, mas quer solução para dívida

Ao elogiar o anúncio do governo com relação às verbas que serão destinadas à nova safra agrícola, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou ontem o crédito especial aos produtores rurais e pediu uma solução para as dívidas do setor primário. As medidas anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, ao lado do ministro da Agricultura, Francisco Turra, garantem R\$ 10 bilhões para o custeio agrícola, dos quais R\$ 5,5 bilhões com taxas subsidiadas, e o aumento de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 2,5 bilhões dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Simon também salientou um projeto de sua autoria que assegura crédito rural especial e diferenciado para os assentados em áreas de reforma agrária e agricultores familiares. "Queremos assegurar em lei o tratamento diferenciado ao produtor familiar, que hoje depende exclusivamente da boa vontade do Poder Executivo", comentou.

Na opinião do senador, se o go-

verno ampliar os investimentos na agricultura, diminuirão os problemas causados pelo êxodo rural e a migração de famílias para as cidades. Citando matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, ele disse que mais de 5 milhões de postos de trabalho foram eliminados no campo no período de 1985 a 1996.

Simon cobrou, ainda, uma solução para a dívida agrícola, classificando os débitos de injustos, irrealistas e impossíveis de serem pagos. "Essa situação de insolvência foi que transformou o Brasil no maior importador de arroz do mundo", reclamou. Em aparte, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou que, para resolver a situação de insolvência dos produtores, não adianta apenas o governo baixar os juros. "Enquanto não for feita uma avaliação mais profunda, o problema vai persistir", argumentou. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também pediu soluções para aumentar a produção. "Em 97, o Brasil foi o segundo maior importador de grãos do mundo, apesar de sua extensão territorial", observou.



Simon considera injustos os débitos dos produtores rurais



Emília lamenta crise no setor

Emília critica governo pela importação de arroz

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) protestou ontem contra a situação da agropecuária no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Ela responsabilizou o governo federal, "com a convivência dos governos estaduais", pelo abandono do setor, e disse que o governo Fernando Henrique Cardoso "banca" o Plano Real com a quebra de produtores.

Durante o seu pronunciamento, Emília leu trechos de matérias publicadas no jornal *Gazeta Mercantil*, informando da chegada dos primeiros navios com arroz importado dos Estados Unidos e de países asiáticos. A senadora condenou o governo por estar oferecendo facilidades para a importação do produto, enquanto os agricultores brasileiros estão em crise.

— A *Gazeta Mercantil* noticiou que o desembarque da primeira remessa de 25 mil toneladas, das 285 mil de arroz em casca, negociadas com fornecedores dos EUA para entrar até o final do ano, deve ocorrer pelo porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul — comentou.

Emília também questionou a qualidade do arroz que está sendo importado. "No mesmo período, 9 mil toneladas de arroz de segunda categoria, vindas da Índia, devem desembarcar pelo porto de Fortaleza, no Ceará", adiantou. Ela completou que somente este ano, no Rio Grande do Sul, a quebra da safra de arroz chegou a 3,5 milhões de toneladas. "Estão fazendo com o arroz o mesmo que fizeram com o trigo há bem pouco tempo", concluiu.

Agaciel faz palestra para alunos da ESG

Alunos do Curso de Mobilização Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG) fizeram ontem uma visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, onde ouviram palestra de Agaciel da Silva Maia, diretor-geral da Casa, sobre o projeto de modernização do Senado.

O projeto, iniciado na presidência do senador José Sarney (PMDB-AP), e levado adiante pelo atual presidente, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tem como objetivo melhorar a qualidade dos trabalhos e dar transparência às atividades da Casa, segundo explicou Agaciel.

O diretor-geral do Senado lembrou que há hoje grande desinformação a respeito do Legislativo no que diz respeito às suas atribuições, ao próprio processo legislativo e até mesmo quanto à remuneração dos parlamentares. A este respeito, frisou que o Legislativo brasileiro tem um custo baixo diante da importância de suas funções.

— Apenas 0,17% do Orçamento da União vai para o Poder Legislativo. É muito pouco para manter

aberta a Casa que significa a manutenção da democracia — ponderou.

O projeto de modernização do Senado prevê a divulgação de informações para os municípios a partir da ligação de todas as casas legislativas do país, por computador. Pelo projeto Interlegis, será instalado um computador em cada câmara municipal, por meio do qual essas instituições terão acesso a todas as informações constantes do banco de dados do Senado Federal. O sistema permitirá também, acrescentou Agaciel, que os vereadores entrem em contato com os governos de seus estados e com a Câmara dos Deputados, além de lhes dar acesso à Internet.

— Com a chegada dessas informações aos municípios, os prefeitos saberão como obter recursos federais sem pagar a intermediários para isso — disse Agaciel, ao enumerar um dos benefícios do projeto para os municípios brasileiros.

O projeto Interlegis permitirá ainda, segundo Agaciel, que funcionários do Senado, das câmaras municipais e prefeituras possam fazer cursos, a distância, através da TV Senado.



Agaciel disse que o Legislativo custa muito pouco para a União

Substitutivo de Odacir Soares a projeto originário da Câmara corrige distorções que permitiram reajustes de até 12.000%

Aprovadas taxas menores para telecomunicações

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei da Câmara fixando novos valores para a Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação de Rádio e TV.

O relator da proposta, senador Odacir Soares (PTB-RO), incluiu dispositivos com nova data de vencimento para a cobrança das taxas e a anistia das multas para aqueles que não tenham efetuado o pagamento até 31 de março, prazo anterior.

O projeto, que já foi analisado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, será apreciado



Proposta de Odacir vai a plenário dia 29 pelo plenário, em regime de urgência, no próximo dia 29.

A necessidade da revisão dos valores foi detectada depois da sanção, em julho de 1997, da Lei

Geral das Telecomunicações, que aumentou em até 12.000% as taxas cobradas até então. "O desatino cometido na aprovação da lei levou-nos a propor valores que sejam assimiláveis pelo setor", argumentou Odacir Soares.

Segundo ele, a maioria das emissoras de rádio e TV, especialmente as de pequeno porte do interior do país, ficariam inviabilizadas comercialmente com o valor fixado pela nova legislação.

Algumas distorções detectadas

O senador Odacir Soares detectou as seguintes distorções na tabela de cobrança das taxas:

- Os valores cobrados dos serviços de FM e TV estavam em níveis superiores aos da TV por assinatura (MMDS ou a cabo). Ou seja, os serviços de uso popular deveriam pagar mais que aqueles usados pelas camadas mais ricas da sociedade, que utilizam tecnologia de última geração.
- Os valores pagos por rádios FM eram superiores aos de rádios AM, apesar de se tratarem de serviços equivalentes, com faturamento similar.
- Alguns valores cobrados de FMs estavam superiores a alguns níveis

de TV, apesar dessas emissoras serem mais rentáveis.

■ Os valores cobrados de serviços auxiliares de radiodifusão estavam fixados acima daqueles recolhidos por determinadas emissoras, o que é incoerente em razão da potência mais baixa dos serviços auxiliares.

■ As taxas cobradas de repetidoras e retransmissoras de TV estavam acima dos cobrados de emissoras. Porém, essas estações se localizam, em 95% dos casos, em cidades interioranas, o que tornaria inviável a prestação desses serviços.

■ Além de corrigir essas incoerências, Odacir Soares determinou que fos-

sem mantidos reajustes superiores às taxas de estações de rádio de alta potência (acima de 50 kW), geralmente localizadas nas capitais ou grandes centros urbanos. No seu substitutivo, as estações de TV também deverão pagar taxas que aumentam de acordo com a população da cidade. Ambas as medidas levam em consideração que o faturamento dessas emissoras é mais elevado.

■ O relator analisou o impacto das mudanças nas taxas de fiscalização. A redução não chega a ser relevante se for levado em consideração que a Anatel deve arrecadar R\$ 308 milhões com taxas de fiscalização.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o professor José Salomão sobre a Copa e as eleições

8h - *Sete Dias* - entrevista com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e com o deputado federal Pinheiro Landin

9h - Sessão plenária não deliberativa (vivo)

Logo após: Palestra "Boca Feliz", com a nutricionista Sônia Hirsch

12h15 - Entrevista com o professor José Salomão sobre a Copa e as eleições

13h15 - *Sete Dias* - entrevista com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e com o deputado federal Pinheiro Landin

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

18h45 - Entrevista com o professor José Salomão sobre a Copa e as eleições

19h30 - *Sete Dias* - entrevista com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e com o deputado federal Pinheiro Landin

20h30 - *Congresso Hoje*

20h40 - *Senado em Pauta*

21h - *Fala Cidadão*

22h - *Jornal do Senado*

0h - *Fala Cidadão*

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais. Programação sujeita a alterações.

RÁDIO SENADO

7h30 - *Jornal do Senado* (1ª edição)

8h45 - *Plenário em Revista*

9h - Sessão plenária

13h30 - *Jornal do Senado* (2ª edição)

15h - Retransmissão da sessão plenária

19h - *A Voz do Brasil*

22h30 - *Jornal do Senado* (3ª edição)

AMANHÃ

10h30 - *Autores e Livros*: a entrevistada é a escritora Stela Mans Resende.

11h - *A Música Erudita e Seus Mestres*: trechos principais da comédia musical "South Pacific", de Richard Rogers, na interpretação de José Carreras, Kiri Tekanaua e Sarah Vaughan.

16h - *A Música do Brasil*: o programa apresenta três shows

que foram eternizados em discos: "Fino da Bossa", com Elis Regina, Ataulfo Alves e Elza Soares, entre outros, "Carnavália", com Marlene, Blackout e Nuno Roland, e "João Gilberto", em que o artista interpreta, além das próprias composições, músicas de Tom Jobim, Vinícius de Moraes e Dorival Caymmi.

19h - *Resenha da Semana*

20h - *Especial do Mês*: a cantora Rosa Passos fala sobre o início de sua carreira em Salvador, sua vida em Brasília e a decisão de mudar-se para São Paulo a fim de intensificar a vida profissional.

21h - *Resenha da Semana*

22h - *Brahms - Vida e Obra*: série de programas sobre um dos maiores compositores do século XIX, Johannes Brahms.

DOMINGO

11h - *A Música Erudita e Seus Mestres* (reprise)

17h - *Brahms - Vida e Obra* (reprise)

19h - *Resenha da Semana*

19h30 - *Autores e Livros* (reprise)

21h - *Resenha da Semana*

22h - *A Música do Brasil* (reprise)

Em discurso de despedida, senador enalteceu a convivência parlamentar e elogiou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

Coutinho renuncia a mandato para assumir cargo no Pará

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) anunciou ontem que vai renunciar ao seu mandato e ocupar uma cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas do Pará na próxima semana. Ele se despediu dos senadores em discurso onde enalteceu a convivência parlamentar e elogiou a grandeza com que o presidente Antonio Carlos Magalhães conduziu o Congresso Nacional. Coutinho recebeu vários apertes, todos destacando a sua carreira política e lamentando a sua perda para o Senado.

Após anunciar que estava fazendo seu último discurso no Senado, Coutinho Jorge lembrou que uma das suas últimas atividades político-partidárias foi a de acompanhar o presidente Fernando Henrique Cardoso em recente visita ao estado. No Pará, segundo o senador, o presidente honrou compromissos de campanha — um deles, o de duplicar a capacidade de fornecimento de energia da Hidrelétrica de Tucuruí, que passará de 4 milhões de kilowatts para 8 milhões de kilowatts, "sem gerar impacto ambiental e possibilitando a interligação Norte-Sul do país".

DESPEDIDA

Coutinho Jorge fez questão de frisar que saiu do Senado para cumprir uma missão ligada à sua vida profissional como economista. Lembrou que sempre esteve envolvido com questões relativas às contas públicas e mesmo o seu tempo como parlamentar foi dedicado a essa atividade, uma vez que teve longa participação como membro da Comissão Mista de Orçamento, onde relatou vários projetos e participou assiduamente das reuniões.

— Na Comissão de Orçamento participei de todas as resoluções de concepção de mecanismos para um novo funcionamento daquele órgão, principalmente no que diz respeito a assuntos ligados ao aprimoramento da função fiscalizadora do Congresso Nacional — assina-



Coutinho Jorge defendeu o aprimoramento da fiscalização da execução orçamentária

lou.

A seu ver, o exercício da fiscalização do Congresso Nacional sobre atos do Executivo e sobre as leis que promulgam necessita ser aprimorado. "Ainda há falhas na fiscalização e no acompanhamento da execução do Orçamento", disse, sustentando a necessidade de os tribunais de contas mediarem como auxi-

ACM destaca trabalho de senador

Diante de um parlamento visivelmente emocionado, na tribuna, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encerrou as intervenções com que o plenário da Casa se despediu, na sessão de ontem, do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), destacando que ao longo de sua carreira política ele soube "granjejar a estima do Senado e o respeito da nação".

A quantidade e a qualidade dos apertes, destacou o senador Antonio Carlos, refletem o trabalho desenvolvido pelo senador paraense no Congresso Nacional e devem fazer com que ele se sinta "um homem feliz com sua consciência e com o trabalho realizado em prol do Brasil e desta instituição democrática que é o Senado da República".

liares do Legislativo às questões orçamentárias.

O senador traçou ainda um breve histórico de sua vida política e administrativa como prefeito, deputado e senador, além de ministro do Meio Ambiente no governo Itamar Franco. Lembrou, nesse particular, que foi participante ativo na elaboração das legislações ambientais que resultaram na ECO 92, realizada no Rio de Janeiro.

APARTES

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse ser testemunha das atividades parlamentares de Coutinho Jorge, seu correligionário, destacando a atuação do senador paraense na Comissão de Orçamento, e lamentou a falta que o senador irá fazer ao Senado. Por sua vez, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Coutinho deveria, pelo que fez como ministro e no Congresso, "ser governador do Pará". Simon lembrou, emocionado, a seriedade com que o senador preparava seus relatórios e elaborava pareceres na Comissão de Orçamento.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também aproveitou Coutinho Jorge para elogiar, além da atividade política, a "sua maior qualidade: a harmonia familiar". Tuma disse que conheceu a família do senador paraense e ficou impressionado com a dignidade com que conduziu sua vida particular. O líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), destacou a "correção moral, a seriedade e a carreira política de bela existência" de Coutinho Jorge. "

Benedita quer investimento em saúde preventiva

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que o governo federal vem mostrando desleixo com a prevenção de doenças, pois, "segundo dados do Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso cortou R\$ 38 milhões que deveriam ser aplicados na prevenção de doenças".

A senadora lembrou que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi criada com a alegação de que eram necessários mais recursos para a saúde. Benedita entende que é preciso investir em saúde preventiva e não apenas na curativa.

Segundo Benedita, diversas doenças conhecidas há tempos, como a osteoporose, podem ser evitadas com prevenção. "Estima-



Benedita da Silva

se que no Brasil, no ano 2000, haja uma população de 21 milhões de idosos. Destes, cerca de 4 milhões terão osteoporose se não houver medidas preventivas", afirmou.

Benedita observou que o relatório do TCU sobre as contas do governo, aprovadas com ressalvas no último dia 16, alerta quanto à necessidade de redobrar esforços na área da saúde preventiva. O relatório informa, segundo Benedita, que o Programa de Combate à Tuberculose recebeu 19,99% dos recursos previstos.

Já o combate à hanseníase não recebeu nenhum centavo da Fundação Nacional de Saúde, disse a senadora, citando o relatório do TCU.

Suplicy pede proteção para cinco líderes indígenas

O assassinato do cacique xukuru Francisco de Assis de Araujo, o Chieão, ocorrido em 20 de maio último no município de Pesqueira (PE), foi lamentado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador pediu ao Ministério da Justiça proteção para outras cinco lideranças indígenas, ao mesmo tempo em que solicitou a intervenção do vice-presidente da República, Marco Maciel, para a posse pelos índios de 26.980 hectares de terras.

Para Suplicy, essa área somente não foi homologada ainda devido ao Decreto 1.775/96 — que possibili-

tou a contestação das demarcações de áreas indígenas — e à presença de parentes do vice-presidente dentre os que disputam a terra xukuru em Pesqueira.

Segundo o senador, as contestações envolvem "sobrenomes de grande influência econômica e política na região e no país, como Petribu, Carneiro Leão e Maciel". O então ministro da Justiça Nelson Jobim julgou improcedentes as contestações, mas os autores recorreram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

TV debate Copa e eleições

O resultado da Copa do Mundo não deverá ter grande influência sobre o processo eleitoral brasileiro. Foi o que afirmou o professor José Salomão Amorim, diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de

Brasília, em entrevista à TV Senado.

Para Salomão, o eleitor fará sua escolha a partir de temas como o desemprego, a inflação e o custo de vida. A entrevista e vai ao ar às 7h, 12h15 e 18h45 de hoje.

Rádio Senado traz Rosa Passos

A cantora e compositora Rosa Passos faz nesta semana, na Rádio Senado, uma retrospectiva de sua carreira, desde que começou a aprender piano, em Salvador, até tornar-se conhecida nacional e internacionalmente.

Uma das cantoras mais respei-

tadas da MPB, Rosa é autora de mais de 200 músicas com o parceiro Fernando Oliveira e já gravou quatro CDs, sendo que o último é sobre a obra de Ary Barroso.

O programa vai ao ar neste sábado, às 20h.